



Estado de Minas Gerais

Comissão da Verdade do Estado de Minas Gerais – Covemg

Membros: Carlos Melgaço Valadares/ Emely Vieira Salazar/ Jurandir Persichini Cunha/ Maria Celina Pinto Albano/
Maria Céres Pimenta Spínola Castro/ Paulo Afonso Moreira/ Robson Sávio Reis Souza

Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg – Instituída pela Lei 20.765/2013

FICHA DE TESTEMUNHO

SUBCOMISSÕES:

Subcomissão I () Subcomissão II () Subcomissão III grupo A () Subcomissão III grupo B ()
Subcomissão IV grupoA () Subcomissão IV grupoB () Subcomissão IV grupoC () Subcomissão V ()
Subcomissão VI grupoA () Subcomissão VI grupoB () Subcomissão VI grupoC () Subcomissão VI grupoD ()

Número do caso: _____

DADOS DO DEPOIMENTO/TESTEMUNHO:

1. Data: _____
2. Hora de Início: _____
3. Hora de encerramento: _____
4. Local: _____
5. Nome/função dos entrevistadores:
_____/_____
_____/_____
_____/_____

DADOS DO DEPOENTE;

1. Nome completo: Agnaldo Aguiar Bezato Quintela
2. Data de nascimento: 11 de dezembro de 1941
3. Naturalidade (cidade/estado): Inhapiim - Estado de Minas Gerais
4. Nacionalidade: Brasileiro
5. Sexo: () Feminino Masculino
6. Documentos de Identificação:
RG: M7.114042
CPF: 110873.746-34
Outro: _____

8



Estado de Minas Gerais

Comissão da Verdade do Estado de Minas Gerais – Covemg

Membros: Carlos Melgaço Valadares/ Emely Vieira Salazar/ Jurandir Persichini Cunha/ Maria Celina Pinto Albano/
Maria Céres Pimenta Spínola Castro/ Paulo Afonso Moreira/ Robson Sávio Reis Souza

7. Endereço atual completo:

Rua Frederico Broder Jr. 200 "B" apto 706 - Bairro de Pe.
Esteguro - Bel. Horizonte - MG.

8. Telefones:

Residência: 3785-5142

Celular: 99961-5140

Trabalho: Aposentado

9. Endereço eletrônico: _____

10. O declarante é:

Vítima

Familiar de vítima

Testemunha

Outro _____

8



Estado de Minas Gerais

Comissão da Verdade do Estado de Minas Gerais – Covemg

Membros: Carlos Melgaço Valadares/ Emely Vieira Salazar/ Jurandir Persichini Cunha/ Maria Celina Pinto Albano/
Maria Céres Pimenta Spínola.Castro/ Paulo Afonso Moreira/ Robson Sávio Reis Souza

Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg – Instituída pela Lei 20.765/2013

DECLARAÇÃO SOBRE O RELATO

Eu, Agnelo Aguires Peixoto Quintela, qualificado na Ficha de Testemunho, concordo integralmente com as disposições contidas no documento da Covemg denominado DEVERES E DIREITOS DOS DEPOENTES, nada tendo a opor.

DECLARO que são fidedignas as informações prestadas em meu relato nesta data. sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período indicado na Lei nº 20.765/2013, assinando abaixo a presente.

AUTORIZO a utilização do meu relato para todas as finalidades relativas ao cumprimento do mandato da Covemg, em especial para fins de incorporação ao Relatório Final.

E ainda,

- autorizo a gravação do meu depoimento
- autorizo a utilização pela Covemg de imagens colhidas no depoimento
- autorizo a utilização pela FUMEC de imagens, para fins acordados com a Covemg
- requeiro que meu nome seja mantido em sigilo.

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____
(local) (dia) (mês) (ano)

Assinatura: Agnelo A. Peixoto Quintela

Nome legível: AGNELO AGUIRES PEIXOTO QUINTELA



Estado de Minas Gerais
Comissão da Verdade do Estado de Minas Gerais – Covemg
Membros: Carlos Melgaço Valadares/ Emely Vieira Salazar/ Jurandir Persichini Cunha/ Maria Celina Pinto Albano/
Maria Cêres Pimenta Spinola Castro/ Paulo Afonso Moreira/ Robson Sávio Reis Souza

Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg – Instituída pela Lei 20765/2013

DIREITOS E DEVERES DOS DEPOENTES

DEVERES

Identificação:

1. Identificar-se devidamente, de acordo com os dados solicitados na FICHA DE TESTEMUNHO, seguindo as orientações propostas para o preenchimento.
2. Assinar a Declaração sobre o Relato e marcar as opções nela oferecidas. Se a pessoa não souber assinar, deverá colocar a digital do polegar ou solicitar que alguém assine por ela, destacando este fato.

Quem pode depor:

3. Qualquer pessoa capaz — física ou representante de pessoa jurídica — pode ser depoente.
4. O depoente pode comparecer espontaneamente ou por convite, para relatar os fatos de que têm conhecimento.
5. No caso de funcionários públicos, poderá, se solicitado pelo interessado, haver prévia comunicação a seus superiores.
6. Os depoentes prestarão, oralmente ou por escrito, depoimento sobre fatos passados e relevantes de que tenham ciência, relacionados às graves violações de direitos humanos cometidas, sofridas ou presenciadas, ou que de alguma forma tenham informações, previstas na lei que instituiu a Covemg e de interesse de suas subcomissões.
7. Os depoentes explicarão como se desenrolaram os fatos e suas circunstâncias, com a maior precisão e exatidão possíveis, identificando sua autoria quando possível.
8. Incumbe aos depoentes dizer a verdade, toda verdade e somente a verdade sobre os fatos.
9. No caso de depoimentos orais é facultada a consulta a notas e apontamentos.
10. Os depoentes poderão ser ouvidos mais de uma vez pela Covemg, caso seja considerado necessário, na hipótese, por exemplo, de surgirem fatos novos, acesso dos depoentes a novas informações, ou surgirem versões discrepantes sobre o mesmo fato.

Normas de Segurança:

11. Os depoentes observarão as normas de segurança indicadas pela Covemg para as sessões de depoimentos.

Responsabilidade:

12. Os depoentes colaborarão com a Covemg e farão seus relatos dos fatos com boa fé e lealdade, assumindo a responsabilidade integral por sua veracidade, para todos os efeitos legais.

DIREITOS

13. Os depoentes serão tratados com o devido respeito, sendo preservada a sua dignidade.
14. Os depoimentos são considerados de interesse público, não podendo seus autores sofrerem qualquer desconto em sua remuneração no trabalho.
15. Poderá ser solicitado pelos depoentes o pagamento da despesa efetuada para comparecimento à sessão da Covemg ou o transporte necessário, desde que devidamente justificado, ficando a critério da Comissão sua apreciação.
16. Os depoentes poderão contar com apoio psicológico, desde que previamente solicitado, de acordo com as normas editadas a respeito pela Covemg.
17. Os depoimentos prestados oralmente serão gravados. Só haverá filmagem mediante expressa e prévia autorização do depoente.
18. A utilização do conteúdo do depoimento será exclusivamente para as finalidades do mandato da Covemg, previstas na Lei e incorporação ao Relatório Final, em qualquer das formas que este assumã, se assim for considerado pela Comissão.
19. O depoente, caso solicite, terá direito a uma cópia de seu relato.

Ciente:

Assinatura: Aquiles A. Peixoto Quintela

Nome legível: AQUILES ADELVES PEIXOTO QUINTELA